



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011480-21.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**  
 Requerente: **JOSE SEBASTIÃO PEREIRA**  
 Requerido: **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

José Sebastião Pereira propôs a presente ação contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pedindo sua condenação à elaboração de novo cálculo da Renda Mensal Inicial do autor, bem como aos pagamentos das diferenças apuradas entre o valor devido e o valor efetivamente pago.

Em contestação de fls. 23/29, o réu alega preliminarmente a falta de interesse processual do autor e a decadência do direito de revisão.

Réplica a fls. 33/35.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A lide comporta julgamento antecipado, no estado em que se encontra nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

De início, observa-se que a jurisprudência do STJ estava pacificada no sentido de que o prazo decadencial previsto no art. 103,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

caput, da Lei 8.213/91, introduzido pela Medida Provisória n. 1.523-9, de 27.6.1977, por tratar-se de instituto de direito material, não poderia retroagir para atingir situações pretéritas.

Todavia, no julgamento do REsp 1.303.988/PE de relatoria do Min. Teori Albino Zavascki, por unanimidade, modificou o entendimento até então pacífico, para reconhecer que o prazo decadencial disposto na nova redação do art. 103, caput, da Lei n.8.213/91, introduzido pela Medida Provisória n.1.523-9, de 27.6.1997, pode retroagir para incidir sobre o tempo transcorrido antes de sua vigência, mas ressaltou que sua eficácia perfaz a partir da entrada em vigor da nova norma (28.6.1997).

Assim, os benefícios deferidos antes da entrada em vigor da MP nº1.523/97 (28/06/1997), fazem jus à revisão desde seu ato de concessão até 28/06/2007, data em que expirou o prazo decenal.

No presente caso, o benefício do autor foi concedido em 25/07/1194, e a presente ação foi ajuizada somente em 03/12/2014, operando-se, portanto, a decadência de seu direito de pleitear o recálculo da renda mensal de seu benefício, pela sistemática imposta pela Lei nº6.423/77, qual seja, pela variação da ORTN/OTN.

Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo autor e, em consequência, julgo extinto o feito nos termos do artigo 269, IV do Código de Processo Civil. Condene o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Deve ser considerado bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”. O valor dos honorários será acrescido de correção monetária e juros moratórios de acordo com Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que serão devidos a partir da data da publicação desta sentença, observando-se, contudo, a Lei 1.060/50, por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

São Carlos, 22 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**